

Agrupamento de Escolas de Porto de Mós

2023/2024

39.ª Reunião

ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO GERAL

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu-se por videoconferência, o Conselho acima indicado, com a presença dos seguintes elementos:

	INTERVENIENTES	NOME	PRESENÇA
MEMBROS CONSTITUI- NTES	Presidente da Reunião	Jorge Manuel Vieira Cardoso	PRESENTE
	2º Representante Pessoal Docente	Maria João Beirante Mendonça	PRESENTE
	3º Representante Pessoal Docente	Lídia Matos Nunes	PRESENTE
	4º Representante Pessoal Docente	Maria Delfina Ferreira Rosário	PRESENTE
	5º Representante Pessoal Docente	Maria Esperança Moniz P. Macedo	PRESENTE
	6º Representante Pessoal Docente	Anabela Carlos Nunes Duarte	PRESENTE
	7º Representante Pessoal Docente	Fernanda Moniz Ribeiro Cruz	PRESENTE
	1º Repr. Pessoal não Docente	Anabela da Silva Branco	PRESENTE
	2º Repr. Pessoal não Docente	Maria Dulce Nascimento Almeida	PRESENTE
	1º Repr. Pais e E. Educação	Liliana Pereira	PRESENTE
	2º Repr. Pais e E. Educação	Telmo João A Jorge	PRESENTE
	3º Repr. Pais e E. Educação	Ana Januário	PRESENTE
	4º Repr. Pais e E. Educação	Elsa Barbosa	PRESENTE
	1º Representante Autarquia	Eduardo Manuel Amaral	FALTOU
	2º Representante Autarquia	Telma Cristina da Cruz	PRESENTE
	3º Representante Autarquia	Marco Paulo Lopes	PRESENTE
	1º Repr. Inst. Comun. Local	Magda Filomena Almeida Reis	PRESENTE
	2º Repr. Inst. Comun. Local	Filomena Matos	FALTOU
	3º Repr. Inst. Comun. Local	Cátia João Morgado Costa	FALTOU
	1º Representante Alunos		
	2º Representante Alunos		
	OUTROS:	Diretor	Pedro Gil da Silva Vala

A Ata segue na folha seguinte

Ata número trinta e nove

Data da reunião: vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e três

ORDEM DE TRABALHOS:

- Ponto um:** Aprovação da ata nº 38; -----
- Ponto dois:** Informações; -----
- Ponto três:** Aprovação das linhas orientadoras do orçamento do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós para o ano 2024; -----
- Ponto quatro:** Aprovação do Projeto Educativo 2023-2025; -----
- Ponto cinco:** Aprovação do Plano de Ação Estratégica 2023-2024; -----
- Ponto seis:** Aprovação do Plano Anual de Atividades 2023-2024; -----
- Ponto sete:** Programa Mentoria e Tutoria 2023-2024; -----
- Ponto oito:** A Indisciplina na Escola - Plano de Ação; -----
- Ponto nove:** Referencial Avaliação 2023-2024; -----
- Ponto dez:** Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola 2023-2024; -----
- Ponto onze:** Relatório Preliminar de verificação EQAVET; -----
- Ponto doze:** Relatório da Coordenação de Projetos 2022-2023 do 2º Semestre; -----
- Ponto treze:** Relatório de Autoavaliação do Agrupamento; -----
- Ponto catorze:** Outros assuntos. -----

ATA:

- Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, por videoconferência através da plataforma eletrónica Meet, para dar cumprimento à ordem de trabalhos suprarreferida. -----
- Dando início à reunião e cumprindo o ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral, Jorge Cardoso, após aferir o cumprimento do quórum para que o Conselho Geral pudesse validamente reunir e deliberar, submeteu a votação a ata anterior, número trinta e oito, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----
- Relativamente ao ponto dois, o Diretor do Agrupamento informou o Conselho Geral que o Agrupamento de Escolas de Porto de Mós irá ter a visita da inspeção, no âmbito da avaliação externa do Agrupamento a nível pedagógico, entre os meses de janeiro e maio. A inspeção informou a direção do Agrupamento que pretende realizar uma reunião, no primeiro dia de trabalhos, pelas onze horas, com todos os elementos que integram o Conselho Geral. Informou também este Conselho o programa da inspeção e as entrevistas que a mesma irá realizar. -----
- O Diretor também informou que: -----
- no dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, realizou-se uma reunião sobre o relatório de autoavaliação; -----
 - o dia do Agrupamento será no dia trinta de abril de dois mil e vinte e quatro; -----
 - qual a oferta educativa para o presente ano letivo; -----
 - os nomes dos coordenadores/representantes dos Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento; -----
 - o rácio de alunos por turmas, por níveis de ensino e por escolas do Agrupamento. -----
- Tendo em conta o aumento de número de alunos por turma, ao longo do ano letivo, a conselheira Ana Januário questionou se as turmas foram todas constituídas de acordo com os critérios definidos no final do ano letivo transato, pois existem algumas que não se encontram de acordo com o estipulado

CONSELHO GERAL

ANO LETIVO 2023/2024

legalmente. A conselheira Maria João Mendonça informou que mesmo as que estão, de início, constituídas de acordo com os critérios têm recebido alunos à posteriori, perguntando se o Agrupamento era obrigado a aceitar todas as transferências de alunos. A Conselheira Dulce Almeida informou que, administrativamente, o Diretor tem que aceitar estas matrículas, caso não o faça, a DEGEST, como tem acesso ao portal das matrículas verificando que o número limite de alunos por turma ainda não foi excedido, o Agrupamento é obrigado a receber esses alunos. A Conselheira Ana Januário sugeriu que talvez a Direção do Agrupamento e o Conselho Pedagógico deveriam mudar de atuação e aquando da elaboração das turmas, tomar a posição de rejeitar as turmas não conformes, não as validando como tem acontecido até hoje, não obstante a DEGEST depois poder impor essa medida, uma vez que se o agrupamento validar sempre as turmas desconformes estará a passar a mensagem de que concorda com essa desconformidade. Acrescentou ainda que, o fato de muitas turmas estarem com desconformes e com excesso de alunos só prejudica o ensino, as aprendizagens e o trabalho dos próprios professores. A conselheira Maria João Caetano concordou com a opinião da anterior conselheira. -----

----- O Diretor do Agrupamento elogiou e agradeceu o esforço muito significativo realizado pelos professores nas medidas de apoio para recuperação das aprendizagens significativas visto que a tutela diminuiu o número de crédito horário que possibilitava alcançar este objetivo. -----

----- Posteriormente, o Diretor informou que: -----

- dia dos Profissionais será no dia sete de março e este está englobado no plano de melhoria no âmbito do EQAVET; -----
- renovação de Escola Saudável, no âmbito do projeto EQAVET, por mais três anos e nível avançado na Escola Secundária de Porto de Mós; -----
- O Diretor prestou ainda mais informações conforme documento que fez distribuir por todos os Conselheiros. -----

----- Entrando no Ponto três da Ordem de Trabalhos, o Sr. Diretor fez uma breve explicação remetendo também para o documento distribuído a todos os conselheiros. Submetido o mesmo a votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- Passando ao Ponto quatro da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho Geral referiu que o Projeto Educativo foi enviado em Julho para que os Conselheiros pudessem dar sugestões. As Conselheiras Lidia Nunes e Anabela Duarte sugeriram que na referência aos clubes se fosse mais genérico, sob pena de não se fazer referência a todos os clubes existentes, sugestão que foi aceite pelo Sr. Diretor do Agrupamento. -----

----- De acordo com o Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos, o Sr. Diretor fez uma breve explicação remetendo também para o documento distribuído a todos os conselheiros. Submetido o mesmo a votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- De seguida passou-se para o Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, o Sr. Diretor fez uma breve explicação e remetendo também para o documento distribuído previamente a todos os conselheiros. Submetido o mesmo a votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- Quanto ao Ponto Sete da Ordem de Trabalhos, o Sr. Diretor fez uma breve explicação remetendo também para o documento distribuído a todos os conselheiros. Seguidamente a conselheira Ana Januário questionou se o programa de mentoria e tutoria para o ano 2023-2024 já estava mais desburocratizado conforme já tinha sido sugerido em reunião anterior. A conselheira Anabela Duarte e o Diretor do Agrupamento confirmaram que tal tinha acontecido por forma a facilitarem os alunos que adiram ao programa. -----

----- Relativamente ao Ponto Oito da Ordem de Trabalhos, o Sr. Diretor fez uma breve explicação e remetendo também para o documento distribuído previamente a todos os conselheiros. Submetido o mesmo a votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- Passando ao Ponto Nove da Ordem de Trabalhos o Sr. Diretor fez uma breve explicação e remetendo também para o documento distribuído previamente a todos os conselheiros. A conselheira

CONSELHO GERAL

ANO LETIVO 2023/2024

Elsa Barbosa alertou para o facto de nem todos os Encarregados de Educação e Pais estarem familiarizados com a avaliação por domínios, considerando ser importante esclarecer os mesmos sobre esta forma de avaliação. O referido ponto não foi objeto de deliberação por dela não carecer. -----

----- De acordo como Ponto Dez da Ordem de Trabalhos o Sr. Diretor fez uma breve explicação e remetendo também para o documento distribuído previamente a todos os conselheiros. A conselheira Lídia Nunes sugeriu uma alteração ao documento por forma a tornar mais clara a redação quanto ao número de horas da disciplina de cidadania aí indicada, sugestão que foi aceite pelo Sr. Diretor. O referido ponto não foi objeto de deliberação por dela não carecer. -----

----- Passando ao Ponto Onze da Ordem de Trabalhos, o Sr. Diretor fez uma breve explicação e remetendo também para o documento distribuído previamente a todos os conselheiros. Mais, realçou que o agrupamento foi elogiado e como tal o selo EQAVET foi renovado por mais dois anos. A conselheira Telma Cruz referiu também que o feedback que tem dos parceiros e empresas é de que o Agrupamento, no âmbito dos cursos profissionais, funciona bem. O referido ponto não foi objeto de deliberação por dela não carecer. -----

----- Seguindo para o Ponto Doze da Ordem de Trabalhos, o Sr. Diretor fez uma breve explicação e remetendo também para o documento distribuído previamente a todos os conselheiros. O referido ponto não foi objeto de deliberação por dela não carecer. -----

----- Quanto ao Ponto Treze da Ordem de Trabalhos, o Sr. Diretor fez uma breve explicação e remetendo também para o documento distribuído previamente a todos os conselheiros. Referiu que é um relatório com muita utilidade já que apontou para algumas deficiências que não se tinha noção até então, permitiu olhar para algumas áreas que nunca antes tinham sido analisadas, tal como veio também realçar aspetos positivos. A conselheira Dulce Almeida realçou que foi um trabalho muito complicado de se executar, difícil e exaustivo e que foi o primeiro ano de auto-avaliação do agrupamento. O referido ponto não foi objeto de deliberação por dela não carecer. -----

----- Seguindo para o Ponto Catorze da Ordem de Trabalhos foi pedida a palavra pela conselheira Ana Januário para parabenizar a Escola Secundária de Mira de Aire pela formação de primeiros socorros que possibilitou aos alunos em parceria com os Bombeiros Voluntários, sugerindo que esse modelo fosse replicado na Escola Secundária de Porto de Mós. Referiu ainda que essa temática, na sua opinião deveria ser obrigatória, até na sua vertente prática. Em resposta, a conselheira Magda informou que essa temática constava do programa da disciplina de ciências naturais e que era abordada. A conselheira Ana Januário questionou ainda sobre a contratação de transportes para visitas de estudo, tendo em conta que esse valor assume muito peso no preço das visitas a pagar pelos encarregados de educação, e se era feita uma pesquisa ao mercado para conseguir um melhor preço. A conselheira Dulce Almeida explicou que eram efetuados convites a várias empresas de transportes para apresentarem preços, mas que nem todas o faziam, e que inclusive existiam algumas desistências das empresas. Esclareceu que a contratação dessas empresas tem que ser efetuada mediante procedimento legais prévios mas existia sempre uma preocupação em conseguir o melhor preço, reforçando que existiu um aumento muito acentuado no preço dos transportes. Por último a conselheira Ana Januário tomou a palavra para introduzir um assunto que lhe foi remetido por duas encarregadas de educação e que estava relacionada com o facto de não existir uma uniformização de procedimentos nas diversas escolas de primeiro ciclo e jardins de infância do Agrupamento quanto à permissão de entrada dos encarregados de educação na altura da entrega e recolha das crianças mais novas. Referiu que em algumas escolas do primeiro ciclo e jardins de infância é possível aos pais entrarem na escola para fazer a entrega dos filhos, diretamente à professora ou auxiliar de educação, de forma calma, tranquila e respeitando o tempo e condição de cada criança, mas que noutras, os pais são impedidos de aceder ao espaço escolar tendo que fazer a entrega ao portão, o que por vezes gera situações complicadas para a criança no momento da separação, que talvez pudessem ser evitadas. De seguida leu um parecer sobre a importância da presença física das figuras de referência da criança no espaço escolar, nos momentos da separação e do reencontro,

elaborado pela Professora Associada da faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e especialista em educação e desenvolvimento da criança de 23/10/2023 e que lhe foi enviado por uma encarregada de educação que conclui pela extrema importância de permitir aos pais de crianças de tenra idade poderem estar no espaço escolar e poderem acompanhar o momento da entrega e da recolha das crianças. Referiu ainda fundamentação legal para que os pais possam entrar no espaço escolar nesses momentos, por ser uma medida de carácter pedagógico que estimula o harmonioso desenvolvimento da educação, sendo também uma medida que promove a articulação entre a educação na família e o ensino na escola (cfr. arts. 3º nº 2, 41º e 43º da lei 51/2012). A conselheira dispôs-se a enviar para o Agrupamento o referido parecer e demais fundamentação a fim de ser analisada e ponderada. De seguida pediu a palavra a conselheira Esperança Macedo para referir que na sua experiência o facto dos pais não entrarem no espaço escolar para fazer a entrega facilita o desapareço da criança, que ocorre mais rapidamente, e que nos casos mais difíceis, os professores e auxiliares estão atentos e fazem o seu melhor para facilitar a situação. Mais esclareceu que a medida de não permitir a entrada dos pais no espaço escolar foi tomada em reunião de coordenação e que efetivamente deveria existir uma uniformização de procedimentos em todas as escolas do agrupamento. A conselheira Fernanda Cruz referiu que na escola onde leciona nunca assistiu a episódios dramáticos e que as professoras sempre receberam os encarregados de educação e estão sempre disponíveis para auxiliar no que for necessário e facilitar a integração. A conselheira Maria João Mendonça mostrou a sua discordância pelo facto dos pais não poderem entrar no espaço escolar e que isso faz com que os pais olhem com desconfiança para a própria escola, o que se deveria evitar. Compreendendo também que nas crianças mais pequenas a presença dos pais no momento da entrega pode ser importante. A conselheira Liliana Pereira referiu partilhar da exposição efetuada pela conselheira Ana Januário e que na verdade não se pretendia que os pais entrassem na sala de aula para entregar as crianças, mas tão somente que essa entrega não fosse efetuada ao portão da escola, muitas vezes a uma auxiliar que não tem qualquer relação estabelecida com a criança, e que fosse permitido aos pais entrar no espaço escolar, átrio ou outro, onde esse entrega pudesse ser efetuada de forma calma, tranquila já que nem todas as crianças reagem da mesma forma nesses momentos. De seguida, o Sr. Diretor referiu que a direção iria analisar a situação. -----

----- O Presidente do Conselho Geral fez menção ao documento entregue previamente sobre a utilização do uso de telemóveis em sala de aula, recomendação número cinco de dois mil e vinte e três, enviada pelo Conselho de Escolas. Referindo que é um assunto que tem suscitado opiniões diferentes, a Conselheira Telma Cruz propôs que este assunto fosse discutido no Conselho de Diretores de Escola do Distrito. -----

----- A conselheira Liliana questionou sobre a situação dos computadores que aguardam arranjo, em alguns casos, desde o ano letivo anterior o que tem prejudicado os alunos. A conselheira Anabela Branco esclareceu que é um assunto em que está sempre a insistir e que efetivamente não consegue compreender porque é que há situações em que os computadores são arrançados muito rapidamente e outros em que não há resolução, mas que tem efetuado todos os esforços possíveis para tentar resolver. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da lei. -----

O Presidente: Jorge Manuel Vieira Cardoso

A 1º Secretária: Ana Januário

A 2º Secretária: Elsa Barbosa